

CIDADE MODERNA, IGREJA PERSUASIVA: A LEGITIMAÇÃO DE UMA NOVA CAPITAL PARA MINAS ATRAVÉS DA IGREJA SÃO JOSÉ



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v6i2.1292>

João Teixeira de Araujo

Professor/Monitor no Colégio Municipal Secretário Humberto Almeida
Graduado em História pelo Centro Universitário de Belo Horizonte – UniBH;
E-mail de contato: joao.araujo_2@outlook.com



Recebido em: 31/12/2013 – Aceito em 23/05/2014

Resumo

A Igreja São José e a Congregação do Santíssimo Redentor iniciaram suas atividades no início do século XX em Belo Horizonte, através de uma missão Holandesa que viera em nome de estabelecer um novo tipo de Fé, diferente dos ritos e práticas do que se entendeu como Catolicismo Popular ou Pagão. Porém, estes Redentoristas tornaram-se parte de um esforço social e político para a formação de novos hábitos e costumes, de uma nova cidade que agregara indivíduos de diferentes partes e, certamente, com modos esparsos de perspectiva de vida. Os Redentoristas, com sua doutrina ascética e moralista, seguiu a apreciação conservadora do ultramontanismo e torna-se componente fundamental para a organização de uma vida moderna na urbe, uma das vontades primaz para a construção de uma nova Capital. Por isso, alguns aspectos que tangem a vida eclesial destes Redentoristas, como sua Regra Monástica, as Missões que realizavam, a intensa participação nas Escolas e Catequeses sintetizam o esforço para uma nova perspectiva de Fé de matriz conservadora e que viera corroborar com o que se pretendeu sociopoliticamente para a nova Capital.

Palavras-chave: Redentoristas, Moral, Modernidade, Sociabilidade

Abstract:

The St. Joseph Church and the Congregation of Redemptorists, began operations at the beginning of the twentieth century in Belo Horizonte, through a Dutch mission that had come in the name of establishing a new kind of faith, different rites and practices of what was understood as Catholicism popular or Pagan. However, these Redemptorists became part of a social and political effort to form new habits and customs of a new city which will add individuals from different parts, and certainly with sparse modes of life perspective. The Redemptorists, with its ascetic and moral doctrine, followed a conservative assessment of ultramontanist and becomes a key component for the organization of life in a modern metropolis, one of primate intentions to build a new capital. Therefore, some aspects with respect to these Redemptorist church life, as his Monastic Rule, the missions they

INTRODUÇÃO

A construção de uma cidade-capital em Minas Gerais representa, em sua totalidade, um esforço Institucional da elite Mineira que conduzia o poder. Ao final do século XIX, com a queda do Império e da Escravidão, amplificada pela grande propulsão da Burguesia no século XIX na Europa que se legitimava a despeito do controle financeiro por meio do Comércio e da Indústria, introduzindo um caráter moderno das relações de trabalho liberal e assalariado e sendo resignada ao amplo espaço para o debate público em relação às disposições sociais e políticas, o Governo do Estado reagiria tipicamente ao seu modo conservador e tradicional, sem deixar de amear aspectos de modernidade e cientificidade para reter o domínio e o controle social em relação às massas, para manutenção dos seus valores e de sua posição.

Em 1891, em meio à turbulência que naturalmente ocasionara o início do modelo republicano, o Congresso Constituinte Mineiro decidiu pela transferência da capital do estado. Um esforço tal deflagra o esforço de se criar um novo espaço à comunidade política para que esta se ligue, aos modos e aos valores mineiros, aos ideais republicanos, ao desenvolvimento e ao capitalismo internacional (JULIÃO, 1992). Em meio ao debate e a tais circunstâncias, naturalmente sobressaiam expectativas, esperanças e uma imaginação social a despeito do novo que realmente se constituía. Sem dúvida que aquele momento representara no imaginário social o cume de um processo que calharia em um novo tempo, no qual a República Brasileira e o Estado de Minas Gerais deveriam neles naturalmente se inserir, reclamando a si a direção desse novo tempo, sendo pela sua ação majestosa que a modernidade seria uma realidade.

Os indivíduos, nesse amálgama, nutriam a sua expectativa na premissa de que a república deveria proporcionar a sociedade, como liberdade e cidadania, situações um tanto quanto exíguas anterior à república, o que seriam supostamente marcas de um passado que ficara para trás destoante de um futuro promissor que ali estava e que proporcionaria um novo tempo, uma nova ordem social, a solução de todos os problemas (JULIÃO, 1992). O ponto central desta transição seria a vida na urbe, a cidade, o local catalisador de um

novo padrão civilizatório; capaz de promover a produção de riquezas, a generalização das relações de troca, as comunicações e vida dinâmica. Ela era elevada a estatura de um personagem prometeico, com o poder de efetivar toda a sorte de transformações esperadas. (...) Em suma, Belo Horizonte se deu nesta atmosfera mental, onde segmentos da elite intelectual encaravam o advento da República como o sinal de um novo tempo, início do processo de desenvolvimento nacional. O Espaço urbano era descoberto como horizonte desta nova ordem. A tarefa de reorganizá-lo chegava mesmo a se confundir com o projeto de modernização. (JULIÃO, 1992. p. 12,13)

Definir um novo espaço para colocar em prática estas novas atribuições que o reflexo Capitalista Europeu impusera ao mundo seria de essencial valor para que o Brasil pudesse estar qualificado para inserir-se no mundo das nações desenvolvidas e civilizadas. Modernizar e desenvolver o estado seriam embalar o esforço primordialmente mais relevante para constituir novos valores, um novo cenário para o poder, um cotidiano reformado. O Jornal O Contemporâneo, de Sabará, manifesta sua expectativa de que os Congressistas Mineiros

que levaram de vencida a oposição – sem maior interesse que os de alguns proprietários da velha Ouro Preto – contra a fundação de uma nova Capital moderna e em tudo digna de um estado cuja prosperidade, para expandir-se, necessita, como principal elemento, de um centro onde se concentre a parte pensante de seu povo, manifestada pela sua indústria desenvolvida, o se o commercio adiantado, os seus estabelecimentos de ensino modelo, as suas artes e todas as demais manifestações da intelligencia, hoje, infelizmente, arredias como de um centro como Ouro Preto, a actual capital de Minas (...), com todo critério na escolha, dar-nos-á uma capital modelo, por onde possa aferir o nosso progresso. (O CONTEMPORÂNEO. Sabará, 25/06/1893, p. 2.)

Minas Gerais deslocaria o lugar de sua identidade política para uma nova capital, condicionada a um novo modelo, urbano e cosmopolita, que de alguma forma destacasse e tornasse lúcida a figura do Estado, a presença sólida do poder e as possibilidades de ali se constituírem num universo novo para as tradições e costumes que legitimava as elites que se concentravam no poder. Projetar este horizonte de expectativa no âmbito do espaço que a urbe concentra

muda profundamente, e em várias direções, o processo associativo ou combinatório, a sintaxe da composição arquitetônica. E isso é compreensível: se a arquitetura deve ser persuasiva, se deve servir-se de palavras conhecidas para dizer coisas novas, então tudo pode ser modificado, exceto o vocabulário. (ARGAN, 2004. p. 41)

O processo que percorre a constituição de um novo modelo público e social, desenhado no espaço a partir da construção de uma nova cidade, aparelhada pelo poder público para se tornar a capital em Minas Gerais significou, de fato, a manutenção do padrão conservador e moral da elite Mineira, que se propõe a inserir no capitalismo global a seu modo, conservando aquilo que lhe tornara legítima desde o século XVIII e combinando novas formas de operar o seu poder a partir do surgimento da República, já que “isso significava operar uma metamorfose das suas relações sociais aristocráticas e tradicionais para as do tipo burguês, utilitarista e pragmático.” (JULIÃO, 1992. p. 88)

E, ainda, cabe lembrar que

essa experiência de “modernidade” das classes populares na Capital estava diretamente ligada ao processo de consolidação de uma sociedade capitalista. As modificações profundas nas relações de trabalho, no final do século XIX, impunham as classes dominantes substituir os antigos expedientes de controle social, apropriados a escravidão, por mecanismos renovados, capazes de reordenar o mercado de trabalho livre. (JULIÃO, 1992. p. 122)

Conduzir essa discussão de modo a legalizar a construção da nova Capital passa, ainda que o projeto esteja diretamente ligado à perspectiva de futuro, progresso, modernidade e desenvolvimento, por utilizar algumas formas retóricas conhecidas para tornar íntima uma condição desconhecida (ARGAN, 2004). Além disso, se legaliza as possibilidades deste novo modelo combinatório e associativo se restabelecer a partir de uma nova orientação, sem que esteja prejudicada a representação total e sistemática do que possa transmitir a cidade-capital. Nesse sentido, as condições que o espaço de Belo Horizonte proporcionara

assumia muito mais seus aspectos normativos e excludentes que suas promessas emancipatórias, prestando-se a perpetuar os abismos sociais e políticos de uma sociedade arcaica e patriarcal. (...) Seu espaço planejado (...) assegurava até mesmo dispositivos para o controle da massa urbana. (JULIÃO, 1992. p. 83)

Os dispositivos dos quais a nova cidade se utilizara para formar a população da Capital, introduzi-la a novos hábitos e costumes sociais, estará diretamente ligada a fomentar o progresso a partir do trabalho, do esforço e do empreendimento humano voltado para o futuro (MELLO, 1997). Os novos dispositivos de controle urbano deveriam calhar na formação de indivíduos tornados e adaptados ao mercado, torná-lo um trabalhador urbano. Estes dispositivos utilizados situam-se em duas importantes instituições do poder público: a Seção de Higiene e Assistência Pública da Capital, criada em 1900, e a Polícia (JULIÃO, 1992). Suas atribuições, reverberadas por expedientes de leis municipais, que passavam pelo arbítrio de desapropriar as famílias pobres de seus locais estabelecidos até correções e cárcere no caso de se prejudicar a ordem urbana, constituiu-se em estratégias e ações para condicionar o comportamento do indivíduo na cidade. A operação destes dispositivos era parte do planejamento do engenheiro Aarão Reis, que afirma

o caráter totalizante desse tipo de planejamento, traçado de um só Golpe, e que destinava, previamente, o lugar para cada coisa ou grupo social, pretendia, de fato, congelar a Capital a sua concepção de Gabinete. Aprisionada aos rigores de um plano regido pela autoridade do saber, todo e qualquer desvio dessa ordem original era identificado como caos urbano. Havia uma intencionalidade nesse tipo de concepção: impedir qualquer intervenção espontânea dos habitantes no espaço. As manifestações da pluralidade e das contradições das relações humanas pareciam suscetíveis de ser banidas do território urbano (...), projeções políticas e sociais de (...) uma cidade que inscrevia as marcas da segregação racial. (JULIÃO, 1992. p. 81)

Por certo essa definição do espaço pautou favoravelmente a ação das instituições que favoravelmente operam os dispositivos da nova capital. A Igreja São José torna-se elemento de grande valor no espaço para esta prevalência do poder sobre os indivíduos e a cidade. Primeiramente, a definição do seu lugar dentro da nova capital de Minas Gerais figura como fundamental para esta abordagem.

O planejamento da cidade, assinalado pelo engenheiro Aarão Reis, definia locos de espaço mediante a realização e a difusão da função que este respectivo local deveria cumprir na vida da cidade, como as zonas destinadas ao lazer, ao comércio, ao trabalho, à moradia, entre outros (JULIÃO, 1992). Uma singular estratégia social que visava homogeneizar os espaços, eliminar a grande circulação e a mistura entre as pessoas e coisas, já que tal projeção “colocou um fim prático num componente essencial do espaço público: a superposição de funções dentro de um mesmo território, o que cria complexidade de experiências naquele espaço.” (SENNETT, 1988. p. 362)

A nova capital de Minas previu estabelecer um eixo para a sua ocupação e crescimento urbano e financeiro desta forma, estabelecendo uma zona urbana e uma zona suburbana, estando estas divididas em regiões que congregou indivíduos de diferentes modos de sociabilidade, costumes, tradições e classes. Enfim, a zona urbana e o pavimento central dariam ênfase ao melhor aparelhamento por parte do Estado ao espaço. Seria o lugar que, de fato, estamparia a figura da modernidade, com serviços avançados, uma estética elegante e, por conseguinte, direcionada às elites que ali constituíram suas residências, o seu lazer e os seus empreendimentos. O lugar da fé redentorista em Belo Horizonte é um espaço social da elite, da vitória da burguesia, espaço refinado que deveria traduzir a expectativa pelo constante progresso (MELLO, 1997). Uma das imagens que celebra o espaço central seriam os Cafés, que

não faltaram àquela jovem Capital dos anos dez e vinte. Afinal, uma cidade que se queria moderna e cosmopolita, como estampavam as plantas e discursos dos responsáveis por sua construção, não poderia dispensar a presença desse tipo de casa comercial, vista por muitos homens da época como o verdadeiro símbolo do refinamento e civilização social. (SILVEIRA, 1997. p. 120. In: DUTRA, 1997)

Desse lugar central e vistoso é que deveria brotar e expandir a vida na Capital, situando a elite como difusora de uma nova ordem social, sendo todos os demais indivíduos e instituições confinadas à sua primazia frente ao poder público. E nesse lugar central, exatamente na Avenida Afonso Pena, margeado pela Rua dos Tamoios e pela Rua Espírito Santo, que se situa a Igreja São José e a Ação Eclesiástica da Congregação do Santíssimo Redentor (LEITE, 1990). Na colina da Afonso Pena, no quarteirão onde se constitui essa Igreja, há um ponto de singularidade, dado que

a Avenida Central, atual Afonso Pena, que cortava de Norte a Sul a zona Urbana (...) deveria induzir a ocupação da cidade, constituindo o ponto de convergência das atividades. Sua implantação cumpria os objetivos do modernismo urbano: a comunicação de bairros opostos, permitindo fluir, sem obstáculos, o tráfego de bens, indivíduos e informações. Integrava a cidade, dando sentido de unidade ao conjunto de ruas, praças e avenidas. Sobretudo, celebrava, com sua largura, seu traçado em linha reta e sua extensão os princípios da transparência e visibilidade, franqueando o olhar sobre o espaço, em que um extremo da cidade se revelava ao outro. (JULIÃO, 1992. p. 78)

Somava-se aos dispositivos urbanos de controle e visibilidade do espaço a comunhão da fé cristã católica tridentina, combinando disciplina higiênica à confissão de pecados, o trabalho liberal à culpabilidade do indivíduo e ao martírio que impunha a missão redentorista ao seu fiel, já dominado externamente por uma retórica barroca do espaço (ARGAN, 2004), que assimilava sua postura à poderosa imagem de Cristo e à de São José, patrono do trabalho, dimensão que visava reforçar no indivíduo o valor do trabalho que desejava o poder. A moral redentorista também se associará às condições da moral socialmente estabelecida pela modernidade. Dom Viçoso, que fora o grande reformador do clero Mineiro, tendo como um de seus lemas a Moral e a caridade, já escolhera no século anterior Santo Afonso de Ligório para ser “(...) ser o inspirador, o guia, o moralista, o canonista, o teólogo de todas as preferências, esse autor dos mais santos e sábios dos tempos modernos” (CAMELLO, 1986. p. 143).

Entre as diversas representações propostas, cabe o destaque a ícones de 28 santos, divididos de um lado os homens e do outro as mulheres, tipicamente feitos à referência do cerimonial eclesial de estarem ambos reservados ao seu respectivo lado. Há também a representação de evangelistas e apóstolos de Cristo, painéis mostrando José do Egito, filho de Jacó, sendo vendido pelos irmãos e se tornando exaltado de forma triunfal, como

Governador do Egito, figura singular para o uso dos redentoristas de quem não reage contundentemente às injúrias que a vida e a ordem social lhes impuseram, padrão desejado de um indivíduo dócil que, em meio às circunstâncias adversas, teria em bom caso a retribuição divina por seu comportamento e por sua atitude passiva.

Além disso, destacamos a pintura de Nossa Senhora e símbolos do zodíaco, que denotam o caráter temporal do conhecimento científico inserido na modernidade, determinando o governo divino sobre a história e o tempo. No altar-mor, dispõe-se a figura da Santíssima Trindade cercada por anjos e pelos santos. No presbitério aparecem no teto Nossa Senhora com o Menino Jesus e 40 medalhões com os antepassados de Jesus desde Abraão até São José, transposição de um lúcido desejo de afirmar o caráter familiar, divino e sagrado do valor que representara o trabalho

Figura 1 – Altar da Igreja São José



Dezembro de 2013. Autor desconhecido. Disponível em: <http://www.provinciadorio.org.br/noticia?id=511&.html>. Acesso em 17 de Maio de 2014.

Nas paredes estão os quatro evangelistas e ao lado das janelas inferiores, os Doze Apóstolos. No alto dos arcos pode ser visto seis Doutores da igreja e São José, padroeiro da igreja (LEITE, 1990).

Figura 2 – Sancte Joseph Ora pro nobis



Janeiro de 2014. Luiz Fernando de Andrada Pacheco. Disponível em:

<http://doislobos.blogspot.com.br/2014/01/igreja-sao-jose-belo-horizonte-algumas.html>. Acesso em 18 de Maio de 2014.

Nos altares laterais do lado direito, há cenas da vida de Santo Afonso, fundador da Ordem Redentorista e célebre Doutor da Igreja, e a promessa da Redenção feita a Adão e Eva, entre outros. Do lado esquerdo, chama a atenção à narrativa da história do quadro de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, tida como à Mãe dos Missionários Redentoristas, que foram os grandes percussores da devoção desta no Ocidente, haja vista a vasta popularidade e secularidade de sua devoção no meio ortodoxo e desta alegoria representar uma tradicional marca Redentorista de sempre difundir esta devoção no lugar em que estivesse uma de suas missões (BISINOTO, 2004).

Figura 3 – Espaço de devoção à Nossa Senhora do Perpétuo Socorro



Janeiro de 2014. Luiz Fernando de Andrada Pacheco. Disponível em:
<http://doislobos.blogspot.com.br/2014/01/igreja-sao-jose-belo-horizonte-algumas.html>.
Acesso em 18 de Maio de 2014.

Anterior a uma visualização da amplitude de alegorias que enredam toda a dimensão maravilhosa da Redenção de Cristo, dois oratórios, um de cada lado, atribui em relação ao esforço social da Igreja Católica Reformada, Tridentina, Ultramontana as suas principais matrizes de atuação, tendo a um lado Maria, José e Jesus, e ao lado oposto a imagem de Santo Afonso de Ligório. Como Doutor Teólogo da Igreja e máxima autoridade Redentorista, Santo Afonso traduz um aspecto formal do modo como se deve conduzir à Fé Cristã, sendo este posicionado de forma monumental, condicionando a este enorme prestígio como referência aos valores morais e éticos de uma vida que o fiel cristão prosseguiria de modo desapegado e que indica sacrifícios e dissabores ao longo da existência do indivíduo (RAPONI, 1996). Sua figura se estreita

a história da construção do monumento por excelência resulta numa complexa relação entre duas exigências fundamentais: uma plena representatividade simbólica e uma funcionalidade que é ainda, definitivamente, representativa, porque o ritual espetacular, com a sua cena, não é somente um meio, mas a substância mesma do culto. (ARGAN, 2004. p. 78)

Mais do que referendar uma devoção e afirmar a sua condição de ministrar a fé cristã ao povo, a imagem de Santo Afonso denota o valor social e político que os redentoristas desejam ocupar na sociedade mineira, na medida em que a propulsão dessa funcionalidade lhes condiciona a máxima do bem público em seu favor, que vai além da cooperação entre Igreja e Estado (DIEL, 1997), mas assinala a participação desses redentoristas no pro-

jeto de poder da elite, como um dos possíveis dispositivos ideológicos do Estado em relação à sociabilidade, comportamento e procedimentos sociais, haja vista a sua amistosa relação com os políticos mineiros. Parte destes, inclusive prefeitos e presidentes de estado, frequentavam suas missas. A sua extensão paroquial estendia-se diligentemente aos redutos suburbanos da cidade com a maior vista do estado em relação às políticas higienistas. Essas localidades refletiam o esforço do poder em segregar, afastar e muitas vezes desapropriar o mais pobre,

legitimado pelo saber medico, normatizava e fiscalizava coisas, espaços e as relações entre os indivíduos. A intervenção crescente na vida cotidiana visava, sobretudo, disciplinar comportamentos individuais e impedir o caos e a desordem urbana (...), um poder que se afigurava como abusivo e autoritário. (...) Nesse campo, configura-se ambígua e até contraditória. Na realidade, a política sanitária municipal, ainda incipiente, pouco fez de concreto nos bairros populares, em termos de prestação de serviços e melhorias. O empenho disciplinador do Estado configurava-se com flagrantes negligências, o que criava uma situação paradoxal para o contingente de homens pobres e trabalhadores que se via, simultaneamente, visado e esquecido pelo poder. (...) Se era procedente a fama de salubridade de Belo Horizonte, ela correspondia, de fato, aos seus bairros nobres. A julgar pelas descrições e denúncias da excepcional falta de higiene reinante na zona suburbana. (...) Mas esse “abandono” higiênico dos subúrbios não era mera ineficiência da administração municipal. Inseria-se, de fato, uma lógica excludente do poder, que procurava, a todo custo, isolar e banir da cidade planejada e moderna os territórios da pobreza, sujeira e doença. (JULIÃO, 1992. p. 128-131)

Os redutos da vida cristã redentorista estiveram, inicialmente, no Calafate, no Barro Preto – por meio da primeira escola Paroquial em 1906, em Belo Horizonte, pelo fato de “neste bairro, habitado principalmente por famílias pobres, grande parte das crianças ficar destituída de instrução (LEITE, 1990. p. 59) – Lagoinha, Santa Efigênia e Floresta.” O problema de higiene nestes bairros é

de fato, desalentador. Lagoinha, Floresta, Colônia Carlos Prates, Barro Preto, Barroca, Colonia Bias Fortes, Carcará (...) em todos eles (...) a grita era geral contra a falta de água, esgoto e limpeza pública. (...) Outros como Calafate, Bairro do Quartel, Ponte do Sacco, somavam-se ao rol dos territórios abandonados. (...) As queixas formavam uma voz destoante, reveladora dos limites do discurso higienizante do poder e do próprio ideal de modernidade em Belo Horizonte. (JULIÃO, 1992. p. 134, 135, 136)

A teologia de Santo Afonso, de rigidez e cega obediência ao sacerdote, induz ideologicamente o Estado a reforçar um discurso segregacionista a partir da imagem de Deus, que iluminara com “reta justiça” a figura de Santo Afonso de Ligório (RAPONI, 1996). No outro lado, à esquerda, Maria, José e Jesus, a imagem da família, representando o lugar em que se radicam os valores morais que o movimento reformista ultramontano no Brasil desejava imprimir na sociedade brasileira, sendo este

universo familiar cristão concebido como modelar. (...) Nesse sentido tem-se observado implicitamente que a valorização do matrimônio, como modelo ideal e moralizador, povoou o imaginário sobre as relações familiares no Brasil. (CERCEAU NETTO, 2012. p. 40)

Já que

o concubinato e os diversos outros tipos de arranjos familiares foram comuns não apenas por se tratar de uma transgressão usual, mas, sobretudo, por ser uma condição de que as pessoas compartilhavam. A função social dessas relações amparava-se, sobretudo, na valorização sócio-cultural dos grupos e dos indivíduos que a praticavam. (CERCEAU NETTO, 2012. p. 41)

Figura 4 – Visão do Altar da Igreja São José



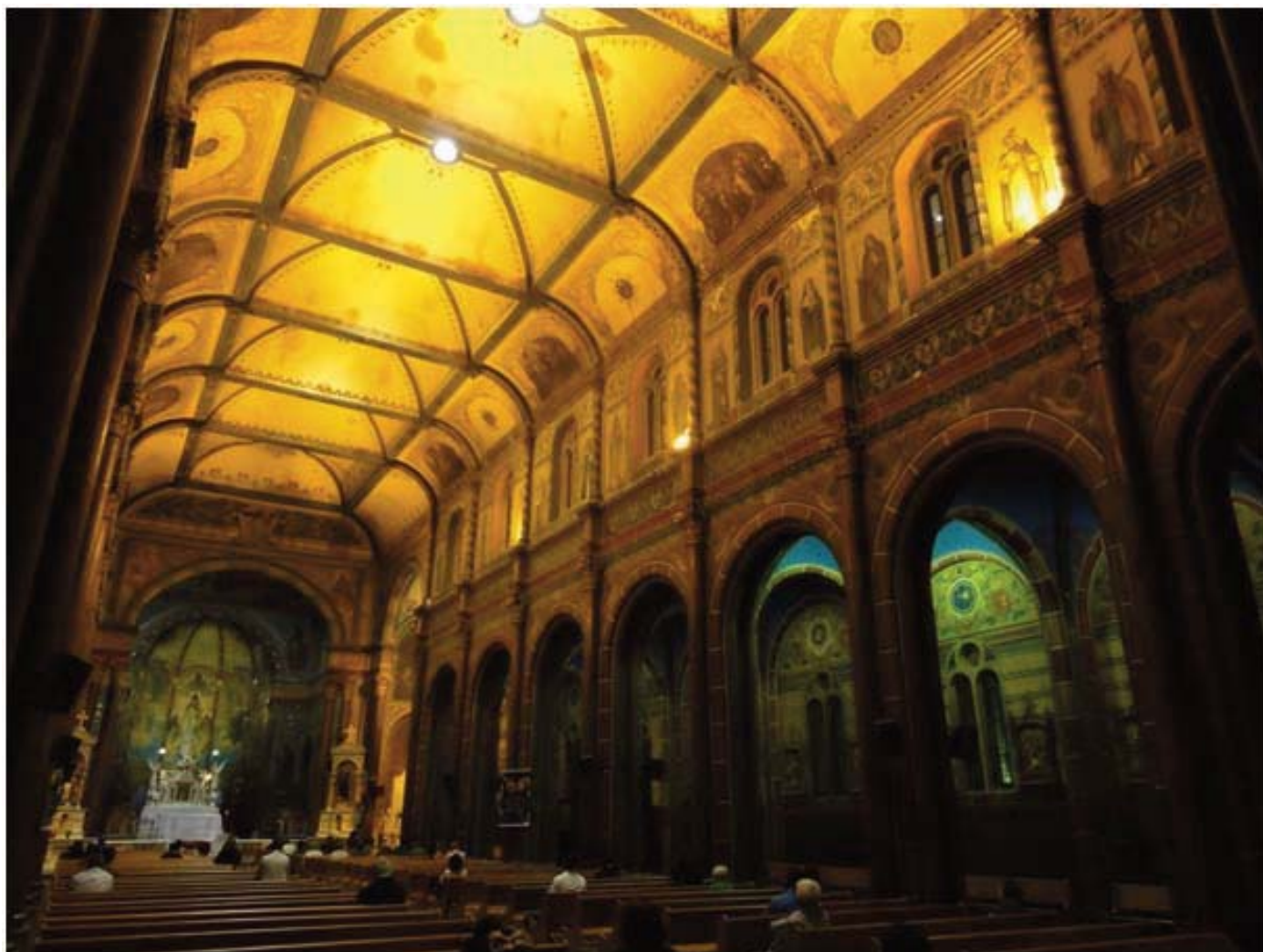
Visão do Altar da Igreja São José, amparada por Maria, José e pelo Menino Jesus à esquerda; à direita, Santo Afonso de Ligório. 18 de Maio de 2012, autor desconhecido. Disponível em: <http://santaecclesia.blogspot.com.br/>. Acesso em: 19 de Maio de 2014.

A estrutura e a base da nova capital de Minas, determinada pela nova função política do Estado (ARGAN, 2004), deveria necessariamente contemplar as elites com um novo fundamento prático para a vida social conferido aos valores republicanos. Chama a atenção a definição arquitetônica da Igreja São José, haja vista o desejo do irmão redentorista holandês, Gregório Mulders, em querer modificar o projeto da Igreja de São José, mas não pode, pois

como vimos, era do Arquiteto da Prefeitura, Edgar Nascentes Coelho. Se ele pudesse executar seu próprio plano, diz o seu necrologista, a Igreja não teria sido prejudicada artisticamente por colunas largas demais, colunas que não têm nada a carregar; abóbada sem nenhuma utilidade, quebrada em vãos ociosos, mistura estranha de vários estilos, torres sem realce com a amplitude da Igreja, que tem mais de 60 metros de comprimento e 19 de largura, tendo duas capelas laterais, três metros de fundo. Contudo a construção sólida dá uma impressão imponente. (LEITE, 1990. p. 18-19)

A coluna é, na tradição católica, símbolo da fé. Teoricamente, esta dimensão crítica conferida pelo irmão redentorista, ressalva o esforço que o arquiteto da Prefeitura tivesse em desenvolver a imaginação do espectador, criando um efeito imaginário na perspectiva na qual estivesse inserido o indivíduo (ARGAN, 2004). Certamente, “a imaginação nos coloca numa situação diferente daquela em que de fato estamos, mas é o sentimento que determina a escolha entre várias situações imagináveis.” (ARGAN, 2004. p. 98)

Figura 5 – As Colunas da Igreja São José



Setembro de 2011. Paulo Yuji Takarada. Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/58519131>. Acesso em 20 de Maio de 2014.

O indivíduo, nesse sentido, está devidamente colocado como o centro da dinâmica do espaço, sendo responsável por reagir condicionalmente a uma pré-orientação a que sua alma está sujeita pela devoção, reforçada afetivamente em seu estímulo imaginário. O sentimento produzido necessariamente provoca uma ação de aproximação ou afastamento, mas que torna “mais persuasivo o discurso suscitado por um impulso afetivo, porque coloca quem o escuta numa condição de sentimento semelhante ao orador e suscita mais facilmente uma reação afetiva.” (ARGAN, 2004. p. 98)

Estar sujeito a este discurso, domínio retórico de quem ordena o espaço para determinar o indivíduo, conforme sua perspectiva ideológica, significa a condição aos redentoristas de estabelecer sua perspectiva de fé naquele espaço como bem desejar. Sabendo da associação lúcida entre estes e o poder público, a Igreja São José estaria condicionada, no que tange a sua definição no espaço da cidade, como monumento sólido irradiador da fé cristã nos bairros suburbanos e nos confins do sertão mineiro, a um dispositivo ideológico da cidade, tendo em vista que a sua estética define com maior clareza o poder do Estado, que deseja fluir um novo aspecto, senão a fé, às práticas individuais respectivas a esta de seus cidadãos e conferir a estes uma apreciação do poder civil atrelada à imagem de Deus.

Assim, vale recuperar as ideias de Riolando Azzi (1994) que buscando compreender a Nova cristandade no Brasil do século XX explora as origens da Cristandade, presentes desde a oficialização do cristianismo no Império Romano no século IV, demonstra como a Restauração Católica remetia à memória da união dos poderes civil e eclesiástico existente ao longo da história da Igreja. Azzi também esclarece as relações entre a Igreja e a

ordem autoritária que se estabelecia durante as primeiras décadas do século XX, confluía para um combate às doutrinas revolucionárias. A obra de Azzi fornece indicações importantes para o entendimento da doutrinação e para os interesses da Igreja, bem como o objetivo de conquistar as elites como uma forma de sustentar a recristianização do Brasil.

CONCLUSÃO

O projeto restaurador dos redentoristas levado a cabo pela igreja católica a partir do final do século XIX, visando alcançar uma nova cristandade, estaria ligado ao objetivo de estabelecer uma doutrina social articulada nos princípios cristãos. Uma das tarefas mais importantes desse projeto seria combater as ideologias da modernidade, como o liberalismo, considerado desagregador, e o socialismo, temido pelo seu conteúdo revolucionário.

As ações organizadas pelos redentoristas estariam intimamente ligadas aos objetivos da restauração católica, devotando grande empenho no combate aos problemas enfrentados pela Igreja, principalmente através do ataque quase diário às propostas revolucionárias e de afirmação do conservadorismo em Belo Horizonte.

Além disso, os redentoristas estariam diretamente associados ao poder na medida em que sua missão, sua teologia moral e a retórica da Igreja São José legitimavam o projeto desejado para uma nova capital de Minas Gerais, tornando-se, portanto, dispositivos ideológicos para a constituição de novas práticas religiosas, que ressoavam socialmente como novos hábitos e novos costumes, alternando o indivíduo para um comportamento disciplinado e domesticado, compactuando assim com o esforço civilizador premissa desta nova Capital que deveria emergir no sertão Mineiro.

Desta forma, a Igreja São José e a Congregação do Santíssimo Redentor podem estar inseridas no projeto da nova capital de Minas como um dos possíveis dispositivos ideológicos que corroboraram para, além de uma nova perspectiva de fé, a formação de um novo tipo de sociedade e de indivíduos. Estes, assinalados com os pressupostos relativos à vida moderna proposta para a urbe como o ideal a ser alcançado, mediante a figura de Deus, fortaleciam-se com vistas a ter o comportamento como modelo, pela adoção de valores morais modernos, extensivos a todos os indivíduos residentes na capital mineira.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcelina das Graças de. A Catedral da Boa Viagem: Fé, Modernidade e Tradição. In: DUTRA, Eliana de Freitas. BH: Horizontes Históricos. Belo Horizonte: C/Arte, 1997.
- ARGAN, Giulio Carlo. História da Cidade como História da Arte. São Paulo: Martins, 1992.
- ARGAN, Giulio Carlo. Imagem e Persuasão: Ensaio sobre o Barroco. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- AZZI, Riolando. A Neocristandade: um projeto restaurador. São Paulo: Paulus, 1994.
- AZZI, Riolando. Elementos para a história do Catolicismo Popular. São Paulo: REB 36/141, 1976.
- AZZI, Riolando. A Teologia na Reforma Católica (1840-1920). São Paulo: Paulinas, 1991.
- BARRETO, Abílio. Resumo Histórico de Belo Horizonte (1701-1947). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950.
- BARRETO, Abílio. Memória Histórica e descritiva. Volume 2, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

BISINOTO, Eugênio Antônio. Quadro de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro: um dos ícones mais conhecidos. Aparecida: Santuário, Academia Marial, 2004.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou o Ofício do Historiador. São Paulo: Zahar, 2013.

CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. Dom Antônio Ferreira Viçoso e a Reforma do Clero em Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Tese de Doutorado à Universidade de São Paulo, 1986.

CASTILLO, José Manuel Sanz del. O Movimento da Reforma e a “Paroquialização” do espaço eclesial do século XIX ao XX. In: LONDOÑO, Fernando Torres. Paróquia e Comunidade no Brasil: perspectiva histórica. São Paulo: Paulus, 1997

CERCEAU NETTO, Rangel. Um em casa de outro: concubinato, família e mestiçagem na Comarca do Rio das Velhas (1720-1780). São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008.

CERCEAU NETTO, Rangel. Visões historiográficas: família e concubinato segundo os relatos coloniais. Belo Horizonte: Rede-A, volume 2, nº1, 2012.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

DIEL, Paulo Fernando. A Paróquia no Brasil na Restauração Católica durante a Primeira Republica. In: LONDOÑO, Fernando Torres. Paróquia e Comunidade no Brasil: perspectiva histórica. São Paulo: Paulus, 1997

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes. São Paulo: Zahar, 1990.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização. São Paulo, Zahar, 1993.

FERNANDES, Antônio Carlos. O Turíbulo e a Chaminé: A Ação do Bispado no Processo de Constituição da Modernidade em Diamantina. 1864 – 1917. Diamantina: Dissertação de Mestrado à Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da Prisão. Petrópolis: Vozes, 1984

HAUCK, João Fagundes. História da Igreja no Brasil: segunda época, Século XIX. 4ª edição, Petrópolis: Vozes, 2008.

HORNAERT, Eduardo. História da Igreja no Brasil: primeira época, Período Colonial. 5ª edição, Petrópolis: Vozes, 2008.

JULIÃO, Leticia. Belo Horizonte: Itinerários da cidade Moderna (1891-1920). Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado à Universidade Federal de Minas Gerais, 1992.

JUNG, Carl Gustav. El Hombre y sus Símbolos. 2º edición, Madrid: Aguilar, 1974.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto - Ed. PUC-Rio, 2006.

LEITE, João Batista Boaventura. São José-BH-90 Anos. Santa Luzia: Expressa, 1990.

LIGÓRIO, Afonso de. Lettere, I. Circular de 30 de setembro de 1758.

LONDOÑO, Fernando Torres. Paróquia e comunidade na representação do sagrado na Colônia. In: LONDOÑO, Fernando Torres. Paróquia e Comunidade no Brasil: perspectiva histórica. São Paulo: Paulus, 1997.

MAINWARING, Scott. Igreja Católica e política no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. A Noiva do Trabalho – uma Capital para a República. In: DUTRA, Eliana de Freitas. BH: Horizontes Históricos. Belo Horizonte: C/Arte, 1997

MORAIS, Evaristo de. A escravidão Africana no Brasil. São Paulo: Nacional, 1933.

NETO, Luciano Dutra. Das Terras Baixas da Holanda às Montanhas de Minas: Uma contribuição à história das Missões Redentoristas, durante os primeiros trinta anos de trabalho em Minas Gerais. Juiz de Fora: Dissertação de Mestrado à Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho. O trabalho Mestiço. Maneiras de Pensar e Formas de Viver – Séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002.

RAPONI, Sante. A Espiritualidade Redentorista das Origens. Scala: Separata do Spicilegium Historicum CSSR, 1996.

REDEMPTORISTS. Codex regularum et constitutionum Congregationis SS. Redemptoris necnon Statutorum a Capitulis generalibus annis 1764, 1855, 1894 editorum. E-book, Scala: Cuggiani, 1895; 2014.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SENNETT, Richard. O declínio do Homem Público. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SENNETT, Richard. Carne e Pedra. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. O Sonho de uma Petit Paris: os Cafês no cotidiano da Capital. In: DUTRA, Eliana de Freitas. BH: Horizontes Históricos. Belo Horizonte: C/Arte, 1997.